

## ECONOMIA SOLIDÁRIA, DIREITOS LINGUÍSTICOS E AUTOGESTÃO: ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO CULTURAL

Raimundo Washington dos Santos

**Resumo:** Este estudo investiga a economia solidária (ES) e a autogestão como alternativas ao capitalismo, analisando a influência da linguística e destacando a importância dos direitos linguísticos na formação cultural e resistência ao capitalismo. Inspirada pela perspectiva de Antonio Candido, a ES propõe uma organização econômica distinta do modelo capitalista. A pesquisa aborda: (1) O potencial da ES como alternativa ao capitalismo; (2) Os perigos da apropriação do discurso por grupos divergentes; (3) A precarização das relações de trabalho; e (4) O impacto na renúncia do Estado em garantir direitos trabalhistas. A análise crítica dos discursos de ES pode fortalecer direitos linguísticos e contribuir para a formação crítica dos leitores. Embora este estudo seja bibliográfico, sugere que futuras investigações incluam estudos de caso para explorar como os princípios da ES se manifestam em diferentes contextos. Os resultados indicam que, apesar do potencial transformador da ES, sua apropriação pode levar à precarização do trabalho e perda de direitos.

**Palavras-chave:** Autogestão. Economia Solidária. Direitos Linguísticos. Formação Cultural.

## SOLIDARITY ECONOMY, LINGUISTIC RIGHTS, AND SELF-MANAGEMENT: ANALYSIS OF WORK RELATIONS AND CULTURAL FORMATION

**Abstract:** This study investigates the solidarity economy (SE) and self-management as alternatives to capitalism, analyzing the influence of linguistics and highlighting the importance of linguistic rights in cultural formation and resistance to capitalism. Inspired by Antonio Candido's perspective, SE proposes an economic organization distinct from the capitalist model. The research addresses: (1) The potential of SE as an alternative to capitalism; (2) The dangers of discourse appropriation by divergent groups; (3) The precarization of work relations; and (4) The impact on the State's renunciation of guaranteeing labor rights. Critical analysis of SE discourses can strengthen linguistic rights and contribute to readers' critical formation. Although this study is bibliographic, it suggests that future investigations include case studies to explore how SE principles manifest in different contexts. The results indicate that, despite SE's transformative potential, its appropriation can lead to work precarization and loss of rights.

**Keywords:** Self-Management. Solidarity Economy. Linguistic Rights. Cultural Formation.

## Introdução

A economia solidária (ES) surge como uma resposta aos desafios do modelo capitalista, propondo uma organização econômica baseada na cooperação, autogestão e solidariedade. Este movimento busca a inclusão social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a produção e distribuição de riquezas são orientadas pelo bem-estar coletivo e sustentabilidade. Assim como a literatura, que Antônio Candido descreve como uma necessidade universal que organiza e humaniza, a economia solidária busca reorganizar as relações sociais e econômicas para promover a justiça e a inclusão social.

O capitalismo, como sistema hegemônico, caracteriza-se pela exploração intensiva dos recursos naturais e humanos, concentração de riqueza e poder em mãos de poucos, e marginalização de amplas parcelas da população. Em contrapartida, a ES valoriza o trabalho humano, promove a equidade e fortalece as relações comunitárias, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, proporcionando meios de subsistência dignos e fortalecendo a coesão social.

Além disso, a economia solidária oferece um terreno fértil para explorar os direitos linguísticos e literários, fundamentais para a formação cultural e resistência ao capitalismo. Este estudo investiga como a linguagem e os discursos de ES são construídos e apropriados, afetando a autonomia cultural e a distribuição de bens culturais.

Este estudo preliminar busca explorar teoricamente o potencial transformador da economia solidária e os riscos associados à apropriação de seu discurso por setores políticos e econômicos diversos. A ES tem o potencial de se estabelecer como uma alternativa viável ao capitalismo, promovendo mudanças significativas nas relações de trabalho e na organização econômica das comunidades. No entanto, a apropriação do discurso da ES por grupos com interesses divergentes pode desvirtuar suas práticas e comprometer seus objetivos. Futuras pesquisas podem expandir essa análise, investigando empiricamente como esses fenômenos se manifestam em diferentes contextos.

A análise teórica será orientada por quatro questões centrais: (1) o potencial da economia solidária como uma alternativa sustentável ao sis-

tema capitalista; (2) os perigos decorrentes da apropriação de seu discurso por setores políticos e econômicos; (3) as implicações dessa apropriação para a precarização das relações de trabalho dos cooperados; e (4) o impacto da apropriação na renúncia do Estado em garantir direitos trabalhistas historicamente conquistados.

Ao integrar a perspectiva dos direitos linguísticos, este estudo destaca a importância da linguagem na formação crítica dos leitores e na promoção de uma política de emancipação intelectual. O potencial da economia solidária reside na sua capacidade de fomentar a inclusão social e promover a justiça econômica através da cooperação e autogestão. Estudos de casos<sup>1</sup> revelam que iniciativas de ES têm conseguido criar oportunidades de trabalho e geração de renda, fortalecer economias locais e promover o desenvolvimento sustentável. No entanto, a análise crítica aponta para os riscos de apropriação do seu discurso por setores com interesses capitalistas, resultando em práticas que contradizem seus princípios e levam à precarização do trabalho.

Neste contexto, os trabalhos de autores como Ferdinand de Saussure, Roland Barthes, Catherine Walsh, Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres e Carlo Ginzburg são fundamentais. Saussure, em sua análise sobre a natureza do signo linguístico, destaca que “a língua é um sistema de signos que expressam ideias” (Saussure, 2006, p. 15). Barthes, ao discutir a natureza do mito e do discurso, argumenta que “a literatura tem a sua moral, certa maneira de extrair, da imagem que ela se propõe do seu próprio ser, as regras do seu fazer” (Barthes, 2004, p. 5). Esta perspectiva é crucial para entender como o discurso da ES pode ser manipulado para servir a interesses diversos. As reflexões de Carlo Ginzburg sobre o “paradigma indiciário”, que revelam como detalhes sutis podem desvendar estruturas de poder, fornecem ferramentas valiosas para analisar esse fenômeno (Ginzburg, 1989, p. 144).

---

1. Estudos de caso como os de Singer (2002) sobre cooperativas de catadores em São Paulo e Coggiola (2011) sobre experiências na América Latina demonstram o impacto positivo da Economia Solidária (ES) na criação de empregos, geração de renda e desenvolvimento local, especialmente para a inclusão social. Dados do IPEA (2024) e da SENAES corroboram esse potencial. Para uma análise da interculturalidade crítica nesse contexto, ver Walsh (2009). Para mais informações sobre ES, consultar IBGE, SEBRAE e CESIT.

Walsh, em suas reflexões sobre interculturalidade crítica<sup>2</sup> e decolonialidade, destaca a importância das práticas comunitárias que resistem às estruturas de poder dominantes e promovem a inclusão. Ela afirma que “a interculturalidade crítica é uma prática que desafia as assimetrias de poder” (Walsh, 2009, p. 78). Boaventura de Sousa Santos oferece uma crítica incisiva ao neoliberalismo<sup>3</sup> e destaca a necessidade de alternativas que sejam genuinamente emancipadoras. Ele argumenta que “o neoliberalismo neutraliza práticas emancipatórias, transformando-as em instrumentos de controle” (Santos, 1995, p. 123). Paulo Freire, com sua pedagogia do oprimido, inspira práticas de educação e organização comunitária que fortalecem a autogestão e a solidariedade. Freire (2013, p. 112) enfatiza que “a educação deve ser um ato de amor e coragem”.

Walter D. Mignolo e Nelson Maldonado-Torres, em suas discussões sobre colonialidade<sup>4</sup> fornecem uma base teórica para entender como a ES pode ser desvirtuada por estruturas de poder que buscam manter o status quo. Mignolo destaca que “a extraordinária contribuição do pensamento decolonial é apresentar e estrategiar uma epistemologia decolonial ou modos de ser no mundo – um caminho para a agência através do pensamento decolonial e do ser transformador decolonial. Este é um pensamento ‘de outra forma’” (Mignolo, 2011, p. 201). Maldonado-Torres ressalta que a combinação de elementos decoloniais e transdisciplinares é fundamental para a consolidação de espaços que promovam a justiça social e enfrentem a marginalização (Maldonado-Torres, 2016, p. 78).

---

2. Interculturalidade Crítica: Abordagem que promove o diálogo entre culturas diferentes, confrontando as assimetrias de poder e promovendo a inclusão social. Fonte: WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2009.

3. Neoliberalismo: Modelo econômico e político que promove a desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado na economia. Fonte: SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

4. Colonialidade do Poder: Termo cunhado por Anibal Quijano, aprofundado por Walter D. Mignolo, que descreve a persistência das estruturas coloniais de dominação na modernidade. Fonte: MIGNOLO, Walter D. The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options. Durham: Duke University Press, 2011.

## 1. Revisão da Literatura

Para compreender o contexto e as bases teóricas da economia solidária, é imperativo revisitar as contribuições de pensadores cujas obras oferecem uma profunda crítica ao sistema capitalista e propõem alternativas de produção comunitária. Antonio Candido, por exemplo, destaca a importância da literatura como um meio de humanização e organização social, uma perspectiva que ressoa com os princípios da economia solidária. Neste sentido, a revisão da literatura focaliza os conceitos e as reflexões de Ferdinand de Saussure, Roland Barthes, Catherine Walsh, Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres e Carlo Ginzburg.

O pensamento de Antonio Candido, que enfatiza a literatura como um instrumento essencial para a humanização e organização da sociedade, oferece uma perspectiva paralela à função da economia solidária. Assim como a literatura, a economia solidária busca reorganizar as relações sociais e econômicas para promover a justiça e a inclusão social (Candido, 1995).

Esses autores fornecem uma base epistemológica robusta e iluminam os caminhos potenciais para a transformação social e econômica, dos quais a economia solidária pode ser uma consequência.

Ferdinand de Saussure, em seu “Curso de Linguística Geral”, destaca a importância das relações diferenciais entre os signos no sistema linguístico, afirmando que *“na língua só existem diferenças”* (Saussure, 2006, p. 166)<sup>5</sup>. Ele sublinha que *“o laço que une o signifiante ao significado é arbitrário”* (Saussure, 6ª edição, p. 67), o que pode ser interpretado como uma metáfora para a maneira como os discursos de cooperação e autogestão podem ser apropriados e ressignificados por diferentes atores sociais. Esta perspectiva permite uma análise crítica das dinâmicas de poder envolvidas na apropriação dos discursos da economia solidária, sendo essencial para entender como esses discursos podem ser transformados para servir a interesses políticos e econômicos específicos.

---

5. O conceito de “relações diferenciais” proposto por Saussure é fundamental para a compreensão da natureza arbitrária do signo linguístico. Para aprofundar a discussão sobre esse conceito, ver o capítulo “Natureza do Signo Linguístico” no “Curso de Linguística Geral” (Saussure, 2006, págs. 131-141).

A apropriação discursiva, portanto, não apenas afeta a prática econômica, mas também tem implicações significativas para os direitos linguísticos e a formação da identidade cultural. A linguagem, enquanto ferramenta de poder, pode ser utilizada para marginalizar ou empoderar comunidades, influenciando o acesso a bens culturais e a autonomia cultural. Catherine Walsh, por exemplo, enfatiza a importância da interculturalidade crítica como uma prática que desafia as assimetrias de poder e promove a inclusão cultural (Walsh, 2009, p. 78). Neste contexto, a economia solidária oferece um espaço para explorar como os discursos podem ser ressignificados para fortalecer a identidade cultural e promover a justiça social.

Roland Barthes, em “Mitologias”, analisa como os mitos modernos são construídos e perpetuados através da linguagem. Ele argumenta que *“o mito é uma fala escolhida pela história: não pode surgir da ‘natureza’ das coisas”* (Barthes, 2001, p. 118)<sup>6</sup>. Barthes também introduz a ideia de que os mitos naturalizam as ideologias, tornando-as aparentemente óbvias e inevitáveis. No contexto da economia solidária, a análise de Barthes pode ser utilizada para entender como os discursos de cooperação e autogestão podem ser apropriados para servir a interesses políticos e econômicos específicos. Além disso, em “O Prazer do Texto”, Barthes explora a relação entre o leitor e o texto, sugerindo que a interpretação é um ato criativo. Ele argumenta que *“o prazer do texto é aquele momento em que meu corpo segue suas próprias ideias – pois meu corpo não tem as mesmas ideias que eu”* (Barthes, 1973, p. 17). Essa perspectiva pode enriquecer a análise de como os diferentes atores sociais interpretam e ressignificam os discursos da economia solidária.

Barthes nos oferece ferramentas para desmascarar como os discursos podem ser utilizados para manter ou desafiar o status quo, impactando diretamente os direitos linguísticos e a identidade cultural. A análise crítica dos discursos de ES pode revelar como eles podem ser transformados em instrumentos de resistência cultural, promovendo a diversidade linguística e cultural como um direito humano fundamental.

---

6. Barthes destaca que o mito é uma construção histórica, não natural.

Catherine Walsh, em suas abordagens sobre interculturalidade crítica e decolonialidade, sublinha a importância de práticas comunitárias que desafiem e resistam às estruturas de poder hegemônicas<sup>7</sup>. Seu trabalho enfatiza a necessidade de uma produção do conhecimento que seja enraizada nas realidades locais e nas experiências vividas pelos povos marginalizados. Walsh argumenta que a interculturalidade crítica deve ser um instrumento para a transformação social, promovendo a solidariedade e a cooperação como fundamentos para um modelo econômico alternativo. Sua análise revela como práticas comunitárias podem servir como uma prática insurgente que questiona as lógicas coloniais e capitalistas, promovendo uma verdadeira inclusão social e emancipação econômica. Walsh descreve a interculturalidade como um processo dinâmico e multidirecional, confrontando racismos e desigualdades nos intercâmbios culturais e estruturas sociais, exigindo uma transformação estrutural e socio-histórica (Walsh, 2009, p. 45-46).

Boaventura de Sousa Santos oferece uma crítica incisiva ao neoliberalismo<sup>8</sup> e ao capitalismo global, destacando a necessidade urgente de alternativas genuinamente emancipadoras. Ele discute a importância das epistemologias do Sul, que valorizam o conhecimento produzido fora dos centros hegemônicos do poder. Para Santos, a globalização neoliberal representa uma ameaça aos movimentos emancipatórios, pois busca cooptá-los e transformá-los em instrumentos de controle, esvaziando seu potencial transformador. Santos defende que práticas econômicas baseadas na justiça social, cooperação e sustentabilidade são essenciais, não apenas como modelos econômicos, mas como práticas sociopolíticas que desafiam hierarquias estabelecidas e promovem a democratização das relações econômicas e sociais (Santos, 1995, p. 78-79).

Paulo Freire, com sua pedagogia do oprimido, inspira práticas de educação e organização comunitária que são centrais para a transformação

---

7. Walsh (2009) propõe que a interculturalidade crítica transforma estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Para mais detalhes, ver "Interculturalidade Crítica e Decolonialidade" em "Interculturalidad, Estado, sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época" (págs. 45-78).

8. Epistemologias do Sul: Conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos que valoriza o conhecimento produzido fora dos centros hegemônicos de poder. Fonte: SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

social. Freire argumenta que a conscientização e a educação popular são fundamentais para a emancipação dos oprimidos. Sua pedagogia enfatiza a importância do diálogo, da participação ativa e da reflexão crítica como meios para a transformação social. Esses princípios se traduzem em práticas de autogestão e cooperação, onde os trabalhadores são protagonistas de suas próprias vidas econômicas. A ênfase de Freire na educação como prática de liberdade ressoa com os princípios de modelos econômicos alternativos, proporcionando uma base teórica para entender seu potencial transformador. Segundo Freire (2013, p. 54):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

Walter D. Mignolo, ao discutir a colonialidade do poder, elucida como as práticas econômicas e sociais podem ser transformadas em instrumentos de dominação. Ele argumenta que a colonialidade, enquanto lógica de poder, persiste na modernidade através de práticas econômicas que marginalizam e exploram os povos subalternos. Sua crítica ao eurocentrismo e à colonialidade do saber destaca a necessidade de alternativas econômicas verdadeiramente descolonizadoras. Mignolo observa que *"a contribuição do pensamento decolonial é apresentar e estrategizar uma epistemologia decolonial ou modos de ser no mundo – um caminho para a agência através do pensamento decolonial e do ser transformador decolonial. Este é um pensamento 'de outra forma'"* (Mignolo, 2011, p. 252). Ao analisar a colonialidade, Mignolo nos alerta para os perigos da apropriação de práticas alternativas, como a ES, por setores que, ao invés de promover a transformação social, buscam perpetuar estruturas de poder e manter a exploração e a desigualdade.

Nelson Maldonado-Torres, em suas discussões sobre práticas de resistência e justiça social, argumenta que a luta pela justiça deve incluir a defesa contra a desumanização e a marginalização. Ele ressalta que práticas econômicas baseadas na solidariedade e autogestão podem promover a

justiça social, desde que seus princípios sejam mantidos. Maldonado-Torres destaca a importância de práticas que promovam a dignidade humana e desafiem as estruturas de poder que perpetuam a exploração. Segundo Maldonado-Torres, a aplicação de práticas alternativas, como a ES, requer constante vigilância para que seus princípios não sejam distorcidos e para que a busca por justiça social e resistência à exploração sejam mantidas como eixos centrais (Maldonado-Torres, 2016, p. 78).

Em sua obra, Carlo Ginzburg oferece uma perspectiva metodológica valiosa ao discutir o *“paradigma indiciário”*<sup>9</sup>, que valoriza pequenos indícios e sinais aparentemente insignificantes para revelar estruturas profundas e ocultas (Ginzburg, 1989, p. 144). Utilizando exemplos históricos e literários, Ginzburg demonstra como a atenção aos detalhes pode desvelar dinâmicas de poder e mecanismos de controle nas práticas sociais. No contexto da economia solidária, essa abordagem pode ser aplicada para identificar e analisar os sinais de apropriação e manipulação dos discursos de cooperação e autogestão por setores com interesses diversos. Além disso, em *“O Queijo e os Vermes”*, Ginzburg explora a história de um moleiro do século XVI para ilustrar como as vozes subalternas podem ser recuperadas e analisadas, oferecendo uma perspectiva valiosa para a análise das práticas de ES em comunidades marginalizadas.

## 2. Economia Solidária e Autogestão

A economia solidária (ES) emerge como um contraponto ao paradigma econômico dominante, questionando a lógica do lucro individual e apresentando alternativas fundamentadas no bem-estar coletivo e na sustentabilidade. Diferentes autores, como Paul Singer e José Luis Coraggio, têm se dedicado a compreender e sistematizar os princípios e as práticas da ES, revelando seu potencial transformador para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

---

9. Paradigma Indiciário: Método de investigação histórica e social que valoriza pequenos indícios e sinais aparentemente insignificantes para revelar estruturas profundas, introduzido por Carlo Ginzburg. Fonte: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A ES se fundamenta nos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade, conforme descrito por Singer. Para ele, a Economia Solidária representa um sistema socioeconômico alternativo, baseado em relações de reciprocidade e cooperação, que busca romper com a lógica individualista e competitiva do capitalismo tradicional. De forma semelhante, Antonio Candido argumenta que a literatura desempenha um papel essencial na humanização e organização da sociedade, destacando a importância de práticas que promovem a justiça e a inclusão social (Candido, 1995). Este sistema se materializa através da criação e fortalecimento de empreendimentos autogestionários, cooperativas, associações e redes de produção e consumo solidárias, que priorizam o bem-estar coletivo, a distribuição justa dos excedentes e a sustentabilidade socioambiental. A cooperação, neste contexto, implica na colaboração entre os diversos agentes econômicos, promovendo relações horizontais que contrastam com a competição exacerbada do capitalismo tradicional. A autogestão, por sua vez, desloca o controle das decisões econômicas para os próprios trabalhadores, fomentando uma gestão democrática e participativa dos meios de produção. A solidariedade, por fim, enfatiza o apoio mútuo e a responsabilidade compartilhada, visando não apenas a sustentabilidade econômica, mas também social e ambiental (Singer, 2002, p. 9-10).

Paul Singer argumenta que a ES surge como resposta direta à exclusão social e econômica exacerbada pelo capitalismo contemporâneo. Em sua obra, Singer (2002) destaca que a ES representa um movimento social que busca promover a inclusão e a dignidade através da criação de empregos dignos e da geração de renda em comunidades historicamente marginalizadas. Sua análise ressalta a importância da organização comunitária e da cooperação como instrumentos de resistência às desigualdades estruturais. Singer afirma que “a economia solidária é uma resposta prática e concreta à exclusão social e econômica, promovendo a inclusão através da autogestão e da cooperação” (Singer, 2002, p. 110-111).

José Luis Coraggio posiciona a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento local que fortalece as economias regionais e promove a justiça social. Para Coraggio, a ES propicia uma redistribuição mais equitativa dos recursos econômicos e fortalece a coesão social ao fomentar relações econômicas baseadas na reciprocidade e solidariedade. Coraggio enfatiza

que *“la economía social y solidaria no puede ser para los pobres, sino que debe ser una propuesta para todos los ciudadanos que además se asegura de lograr la inclusión de los pobres, de los excluidos”* (Coraggio, 2011, p. 51). Sua abordagem sublinha a importância de políticas públicas que apoiem e incentivem iniciativas de economia solidária como parte integrante de um projeto mais amplo de desenvolvimento sustentável e inclusivo (Coraggio, 2011, p. 45-46).

O diálogo entre Paul Singer e José Luis Coraggio revela convergências significativas na defesa da ES como um modelo econômico que desafia as estruturas de poder vigentes e propõe alternativas viáveis para a promoção da justiça social e ambiental. Ambos os autores enfatizam a necessidade de políticas públicas e de um engajamento comunitário ativo para fortalecer e expandir as práticas de economia solidária. A ES emerge não apenas como uma teoria econômica alternativa, mas como um movimento social e político que busca transformar as bases sobre as quais as relações econômicas são historicamente construídas.

O entendimento da economia solidária como um instrumento de transformação social e econômica ganha ainda mais relevância em um contexto global onde as desigualdades econômicas e sociais se ampliam, e os impactos ambientais do modelo de desenvolvimento predominante tornam-se cada vez mais evidentes. Neste sentido, a ES não é apenas uma resposta às falhas do capitalismo, mas uma proposta concreta para construir sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis, onde os princípios de cooperação, autogestão e solidariedade orientam as práticas econômicas e sociais em direção a um futuro comum mais equitativo e resiliente.

## **2.1. Apropriação do Discurso da Economia Solidária**

A apropriação do discurso da Economia Solidária (ES) por diversos setores políticos e econômicos representa um desafio significativo para a integridade e os objetivos originais deste movimento. Candido destaca que a literatura, assim como a economia solidária, possui um papel humanizador e organizador na sociedade, capaz de resistir à manipulação e à apropriação por interesses divergentes (Candido, 1995). Boaventura de Sousa Santos, em seu trabalho sobre globalização e alternativas ao neoliberalismo, discute como movimentos sociais e iniciativas de ES podem ser cooptados

por interesses divergentes. Ele argumenta que a globalização neoliberal não apenas incorpora, mas também neutraliza práticas emancipatórias, transformando-as em instrumentos de controle (Santos, 1995, p. 78-79).

O ativismo político-linguístico é uma ferramenta poderosa na resistência contra a apropriação dos discursos de economia solidária. Ao utilizar a linguagem como meio de resistência, os movimentos sociais podem desafiar narrativas hegemônicas e promover a justiça social, empoderando comunidades e influenciando mudanças sociais. Essa abordagem reforça a importância de proteger os princípios da economia solidária contra tentativas de desvirtuar seus objetivos emancipatórios.

Além de Santos, autores como Catherine Walsh e Walter D. Mignolo exploram as dinâmicas de poder subjacentes à apropriação de discursos emancipatórios. Saussure, em sua análise sobre a arbitrariedade do signo, fornece uma base teórica para compreender como os significados podem ser manipulados e ressignificados por diferentes atores sociais. Como Saussure afirma, “o laço que une o significante ao significado é arbitrário” (Saussure, 2006, p. 67). Essa compreensão é crucial para entender como o discurso da ES pode ser apropriado e transformado por diferentes setores, desviando-o de seus objetivos iniciais. Walsh (2009) enfatiza como os movimentos sociais, incluindo iniciativas de economia solidária, enfrentam o desafio de manter sua autonomia frente a influências externas, o que pode comprometer a integridade de suas práticas e princípios.

Mignolo (2011) analisa criticamente a colonialidade do poder e do saber, apontando como práticas de resistência, como a ES, podem ser instrumentalizadas para perpetuar estruturas de dominação. Ele argumenta que a contribuição do pensamento decolonial é “apresentar e estrategizar uma epistemologia decolonial ou modos de ser no mundo—um caminho para a agência através do pensamento decolonial e do ser transformador decolonial” (Mignolo, 2011, p. 252).

Michel Foucault<sup>10</sup>, um dos principais pensadores da análise do discurso, oferece uma perspectiva fundamental para compreender como

---

10. A obra de Foucault fornece ferramentas importantes para a análise crítica do discurso, especialmente em “A Ordem do Discurso” (1971), “Arqueologia do Saber” (1969) e “Vigiar e Punir” (1975). Nesses trabalhos, Foucault demonstra como os discursos são produzidos e controlados por relações de poder, moldando nossas formas de pensar e agir.

os discursos são produzidos, disseminados e transformados ao longo do tempo. A análise do discurso foucaultiana investiga as condições sociais, políticas e históricas que moldam e são moldadas pelo discurso. Foucault enfatiza que os discursos não são simples reflexos da realidade, mas exercem poder ao produzir conhecimento e moldar práticas sociais e políticas (Foucault, 1971, p. 55-56).

A preocupação com a apropriação do discurso da ES não se limita ao contexto acadêmico, mas reflete-se também nas práticas comunitárias e políticas. Nelson Maldonado-Torres argumenta que os desafios epistemológicos que emergem desde a zona do não-ser requerem a superação dos limites das disciplinas. Ele destaca que a transdisciplinaridade decolonial é essencial para enfrentar as hierarquias de poder e promover a justiça social. Maldonado-Torres enfatiza a importância de práticas que desafiem as estruturas de poder e promovam a dignidade humana, fornecendo uma base teórica para compreender como práticas alternativas podem ser um meio de resistência e transformação (Maldonado-Torres, 2016, p. 77).

Compreender a apropriação do discurso da ES exige uma análise crítica das dinâmicas de poder envolvidas e um compromisso com a preservação dos princípios originais de cooperação, autogestão e solidariedade, incluindo a proteção dos direitos linguísticos como um componente essencial da resistência cultural. Este estudo bibliográfico visa incentivar futuras pesquisas empíricas que possam explorar essas questões, na prática. O debate ilustra os desafios enfrentados pelo movimento da ES e ressalta a necessidade de estratégias eficazes para proteger sua integridade frente às tentativas de manipulação e desvirtuação por parte de interesses antagônicos aos seus valores fundamentais.

## **2.2. Precarização nas Relações de Trabalho dos Cooperados**

A potencial apropriação da Economia Solidária (ES) por setores com interesses divergentes levanta preocupações significativas, especialmente no que se refere à precarização das relações de trabalho dos cooperados. Estudos teóricos sugerem que, quando a ES é cooptada por grandes empresas, existe uma tendência de precarização das condições laborais, com redução de direitos e aumento da vulnerabilidade dos trabalhado-

res. Este fenômeno contradiz os princípios essenciais da ES, que visam promover o bem-estar e a segurança dos colaboradores através da auto-gestão e da cooperação.

Candido argumenta que a literatura, ao organizar e humanizar, pode servir como um modelo para entender como discursos são apropriados e manipulados, muitas vezes levando à marginalização e exploração dos mais vulneráveis (Candido, 1995). Walter Mignolo, em suas reflexões sobre a colonialidade do poder, lança luz sobre como práticas econômicas e sociais são frequentemente transformadas em instrumentos de dominação. Mignolo destaca que a cooptação de práticas emancipatórias por estruturas de poder coloniais resulta na exploração sistemática e na precarização dos trabalhadores, subjugando-os a condições laborais desfavoráveis (Mignolo, 2011, p. 252).

Boaventura de Sousa Santos, ao examinar as dinâmicas globais de resistência e cooptação, argumenta que movimentos sociais, incluindo iniciativas de ES, são frequentemente neutralizados por agendas neoliberais que visam subverter práticas transformadoras em ferramentas de controle. Ele afirma: "O neoliberalismo neutraliza práticas emancipatórias, transformando-as em instrumentos de controle" (Santos, 1995, p. 78-79). Essas reflexões são relevantes para entender como a cooptação pode levar à perda da autonomia dos cooperados e à submissão a condições de trabalho que contrariam os princípios fundamentais da ES.

Catherine Walsh contribui com insights valiosos sobre interculturalidade crítica e práticas comunitárias. Ela enfatiza a necessidade de preservar a autonomia das iniciativas solidárias frente às influências externas que buscam desvirtuar seus objetivos originais. Walsh argumenta que a interculturalidade crítica deve ser um instrumento para a transformação social, promovendo a solidariedade e a cooperação como fundamentos para um modelo econômico alternativo (Walsh, 2009, p. 45-46).

Embora Paulo Freire não tenha abordado diretamente a ES, sua pedagogia crítica oferece uma perspectiva educativa essencial para compreender como a conscientização e a educação podem capacitar os indivíduos a transformar suas realidades socioeconômicas. Freire argumenta que a conscientização é um processo pelo qual os indivíduos se tornam

conscientes de suas condições de opressão e se engajam em ações para transformá-las (Freire, 2013, p. 109).

Esta análise bibliográfica revela a complexidade das dinâmicas envolvidas na apropriação da ES e reforça a necessidade de proteger seus princípios fundacionais contra interesses que buscam desvirtuar seus propósitos emancipatórios. A ES, quando genuinamente praticada, não apenas oferece uma alternativa viável ao capitalismo, mas também representa um caminho crucial para promover relações de trabalho mais justas e sustentáveis. A pesquisa destaca a importância de considerar os direitos linguísticos e literários como parte integrante da resistência cultural, incentivando futuras investigações empíricas que possam explorar essas questões, na prática.

### **2.3. Impacto na Renúncia do Estado em Garantir Direitos Trabalhistas**

A apropriação do discurso da Economia Solidária (ES) por setores com interesses diversos pode ter impactos significativos na garantia de direitos trabalhistas pelo Estado. Esse fenômeno tende a fragilizar as políticas públicas de proteção ao trabalho, especialmente sob agendas neoliberais. A ES, fundamentada nos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade, busca promover condições de trabalho mais justas e seguras para os cooperados. No entanto, quando cooptada por interesses empresariais ou políticos, há uma tendência à redução dos direitos laborais historicamente conquistados, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores. As políticas públicas culturais desempenham um papel crucial no apoio à economia solidária, promovendo a diversidade linguística e cultural. Ao garantir que os direitos linguísticos e literários sejam protegidos e promovidos, essas políticas fortalecem a resistência cultural e facilitam a inclusão e a justiça social. A implementação de políticas eficazes pode assegurar que a economia solidária continue a servir como um modelo de justiça e inclusão.

Antonio Candido (1995) ressalta que a literatura, ao cumprir seu papel humanizador, pode atuar como uma forma de resistência contra a desumanização e a precarização das condições de vida. De forma semelhante, a economia solidária deve ser vista como um direito essencial, capaz de reorganizar as relações sociais e econômicas para promover a justiça e a inclusão.

Ferdinand de Saussure, em seu “Curso de Linguística Geral”, afirma que “a língua é um sistema de signos que expressam ideias” (Saussure, 2006, p. 15). Esta perspectiva é crucial para entender como o discurso da economia solidária pode ser apropriado e transformado por diferentes setores políticos e econômicos. Saussure também destaca que “a língua é um sistema de valores puros” (Saussure, 2006, p. 113), permitindo uma análise crítica das dinâmicas de poder envolvidas na apropriação dos discursos da economia solidária.

Walter Mignolo, ao analisar a colonialidade do poder, sublinha como práticas econômicas e sociais podem ser instrumentalizadas para perpetuar relações de dominação. Nesse contexto, a apropriação da ES por setores poderosos pode transformá-la em um mecanismo de exploração, comprometendo seus ideais emancipatórios (Mignolo, 2011, p. 252). Este cenário alerta para a necessidade de vigilância constante contra a desvirtuação dos princípios da ES, que visa não apenas à produção econômica, mas também à promoção da justiça social e da dignidade humana.

Boaventura de Sousa Santos oferece uma perspectiva crítica sobre a cooptação de movimentos emancipatórios pelo neoliberalismo. Santos argumenta que a globalização neoliberal não apenas incorpora, mas também neutraliza práticas emancipatórias, transformando-as em instrumentos de controle (Santos, 1995, p. 78-79). No contexto da Economia Solidária, a crítica de Santos ao neoliberalismo se torna ainda mais relevante. A ES, com seu potencial emancipatório, corre o risco de ser cooptada por interesses neoliberais, perdendo sua autonomia e sendo utilizada para legitimar práticas que contradizem seus princípios fundamentais.

Nelson Maldonado-Torres, em suas discussões sobre decolonialidade, destaca que os desafios epistemológicos que emergem desde a zona do não-ser requerem a superação dos limites das disciplinas tradicionais. Ele argumenta que a transdisciplinaridade decolonial é essencial para enfrentar as hierarquias de poder e promover a justiça social (Maldonado-Torres, 2016, p. 77). Maldonado-Torres enfatiza a importância de práticas que desafiem as estruturas de poder e promovam a dignidade humana, fornecendo uma base teórica para compreender como práticas alternativas podem ser um meio de resistência e transformação.

Esta análise bibliográfica evidencia a complexidade da apropriação da ES e os riscos envolvidos para os trabalhadores, destacando a necessidade de políticas e práticas que protejam e fortaleçam os fundamentos da Economia Solidária. Além disso, ressalta a importância de considerar os direitos linguísticos e literários como parte integrante da resistência cultural, incentivando futuras pesquisas empíricas para explorar essas questões, na prática.

### **3. Metodologia**

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a Economia Solidária (ES) e a autogestão, com o objetivo de compreender suas potencialidades e desafios em um contexto marcado pela apropriação de seu discurso por diferentes atores, à luz das contribuições da linguística. A pesquisa está focada na construção de um arcabouço teórico que permita analisar a ES a partir de uma perspectiva linguística, destacando os direitos linguísticos como um componente central. Essa abordagem justifica-se pela necessidade de entender como a linguagem e os discursos influenciam a construção de sentidos sobre a ES, suas práticas e seus desafios. Inspirados pela perspectiva de Antonio Candido, que vê a literatura como uma prática que organiza e humaniza as relações sociais, a análise crítica dos discursos de economia solidária busca desvendar as dinâmicas de poder e as oportunidades de resistência cultural presentes nos textos analisados (Candido, 1995).

#### **3.1. Revisão Bibliográfica: Construindo o Alicerce Teórico**

A revisão bibliográfica constitui o núcleo deste artigo, sistematizando o conhecimento existente sobre a ES e sua interface com a linguística. Foram consultados autores clássicos e contemporâneos que abordam a temática da ES, da autogestão e da linguística, com ênfase em trabalhos que discutem a relação entre linguagem, discurso e poder. A seleção dos autores e obras se deu por meio de busca em bases de dados acadêmicas e catálogos de bibliotecas, utilizando palavras-chave como “economia solidária”, “autogestão”, “linguística”, “discurso”, “poder”, “ideologia”. O material bibliográfico foi analisado por meio de leitura crítica e interpretativa, bus-

cando identificar os principais conceitos, abordagens, debates e contribuições da linguística para a compreensão da ES e dos direitos linguísticos.

### **3.2. Foco nos Direitos Linguísticos: Caminhos para Pesquisas Futuras**

Embora este estudo seja de natureza bibliográfica, ele propõe um foco específico nos direitos linguísticos como parte integrante da análise da ES. Essa perspectiva visa destacar como a linguagem atua como um instrumento de poder e resistência, influenciando a formação cultural e a distribuição de bens culturais. Futuras pesquisas empíricas podem ampliar essa análise, explorando como os direitos linguísticos são negociados e promovidos dentro de iniciativas de ES.

#### **3.2.1. Sugestões para Estudos de Caso**

Futuras pesquisas poderiam investigar como os direitos linguísticos são incorporados e promovidos em práticas de ES, especialmente em contextos multiculturais e multilíngues. Estudos de caso poderiam explorar a diversidade linguística nas práticas de ES e seu impacto na inclusão social e cultural.

#### **3.2.2. Análise de Discurso Focada nos Direitos Linguísticos**

A análise de discurso poderá ser utilizada para desvendar como os direitos linguísticos são articulados nos discursos sobre a ES, identificando as estratégias discursivas que promovem ou marginalizam esses direitos. Seriam analisados discursos oficiais, midiáticos e acadêmicos, com foco em como os direitos linguísticos são representados e defendidos.

### **4. Análise e Discussão: O Potencial Transformador da Economia Solidária**

A Economia Solidária (ES) emerge como uma alternativa promissora ao modelo capitalista hegemônico, fundamentada nos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade. Além de suas propostas econômicas, a ES possui um potencial transformador que se manifesta nas relações sociais, na organização comunitária e na construção de novos paradigmas de

desenvolvimento. Este capítulo analisa esse potencial através das perspectivas de Catherine Walsh, Michel Foucault e Paulo Freire, explorando como suas ideias contribuem para um movimento social e econômico mais justo e inclusivo. Também abordamos a importância da análise do discurso, conforme Ferdinand de Saussure e Roland Barthes, para a resistência cultural e a promoção dos direitos linguísticos.

#### **4.1. Interculturalidade Crítica e Resistência Cultural**

Catherine Walsh destaca a importância de práticas comunitárias que transcendem as fronteiras impostas pelo sistema econômico globalizado. A interculturalidade crítica é vista como uma forma de resistência à hegemonia cultural e econômica do capitalismo, valorizando conhecimentos e formas de organização social marginalizadas (Walsh, 2009). Candido (1995) argumenta que a literatura desempenha um papel essencial na organização e humanização da sociedade, oferecendo um paralelo para a ES, que reorganiza as relações sociais e econômicas para promover justiça e inclusão.

#### **4.2. Relações de Poder e Controle do Discurso**

Michel Foucault oferece ferramentas analíticas para compreender as relações de poder que permeiam as estruturas sociais e econômicas. Para Foucault, os discursos exercem poder ao produzir conhecimento e moldar práticas sociais (Foucault, 1971). No contexto da ES, a análise foucaultiana alerta para mecanismos de controle do discurso que podem silenciar ou cooptar alternativas como a ES. Compreender esses mecanismos é essencial para proteger a autonomia da ES e promover os direitos linguísticos como parte da resistência cultural.

#### **4.3. Educação Libertadora e Formação Crítica**

Paulo Freire, com sua pedagogia crítica, oferece ferramentas para a construção de um movimento social transformador como a ES. Freire defende que a educação libertadora é fundamental para a emancipação dos oprimidos, permitindo que analisem criticamente suas realidades e ajam coletivamente para transformá-las (Freire, 2013). A pedagogia de Freire se

conecta com a ES ao enfatizar o diálogo e a reflexão crítica, essenciais para fortalecer a ES e promover a justiça social e a diversidade cultural.

#### **4.4. Formação Crítica e Empoderamento do Leitor**

A compreensão crítica dos discursos de economia solidária pode empoderar leitores, especialmente em contextos educacionais. Ao explorar como os discursos são construídos e apropriados, os leitores são incentivados a questionar narrativas dominantes e reconhecer a linguagem como um instrumento de poder. Isso se alinha com as ideias de Paulo Freire sobre a educação como um ato de conscientização e libertação (Freire, 2013, p. 54).

#### **4.5. Resistência Cultural através da Linguagem**

A análise crítica dos discursos de economia solidária fortalece a resistência cultural ao promover a diversidade linguística e cultural. Catherine Walsh destaca a interculturalidade crítica como uma prática de resistência que desafia as assimetrias de poder e promove a inclusão cultural (Walsh, 2009, p. 78). Compreender como os discursos podem marginalizar ou empoderar comunidades capacita os leitores a participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

#### **4.6. Implicações Educacionais**

A análise dos discursos de economia solidária pode enriquecer o currículo educacional, fomentando a formação crítica e emancipatória dos estudantes. Isso não apenas aprofunda o entendimento sobre questões econômicas e sociais, mas também prepara os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, promovendo a justiça social e a resistência cultural.

A articulação entre as perspectivas de Walsh, Foucault e Freire, junto com a análise do discurso, revela o potencial da ES para promover inclusão social, autonomia econômica e sustentabilidade ambiental. Saussure e Barthes mostram como os significados são construídos e ressignificados, sujeitos a relações de poder (Saussure, 2006; Barthes, 2001). Entender como o discurso da ES é construído e apropriado é crucial para garantir que a ES

mantenha seus princípios e alcance seus objetivos transformadores. A análise do discurso funciona como um “raio-x” das estruturas de poder e jogos de linguagem que permeiam a ES.

### **Considerações finais**

Este estudo teórico e bibliográfico explorou o potencial transformador da Economia Solidária (ES) e da autogestão como alternativas ao modelo capitalista hegemônico, reconhecendo a centralidade da linguagem nesse processo. Inspirada pela perspectiva de Antonio Candido sobre a literatura como prática humanizadora, a análise crítica dos discursos de ES buscou desvendar como as estratégias discursivas, as relações de poder e as ideologias moldam a percepção, as políticas públicas e as próprias práticas da ES. Ao investigarmos a linguagem não apenas como instrumento de comunicação, mas como arena de disputas e construções de sentido, revelamos um jogo complexo de forças que atuam sobre esse campo, impactando diretamente sua trajetória e seus desafios.

Este estudo destaca a importância do ativismo político-linguístico e das políticas públicas culturais como componentes essenciais na promoção da justiça social e na resistência ao capitalismo. Ao explorar a economia solidária através dessas lentes, o artigo contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e das estratégias de resistência cultural. Futuras investigações empíricas poderão expandir essa análise, explorando como esses elementos se manifestam em diferentes contextos e práticas.

A análise crítica dos discursos de economia solidária oferece importantes implicações para a formação do leitor cultural, destacando a necessidade de uma educação que empodere os indivíduos a reconhecer e desafiar as narrativas dominantes. Ao explorar os direitos linguísticos e literários, o estudo contribui para a compreensão das barreiras e potencialidades na distribuição de bens culturais, promovendo uma maior inclusão e diversidade cultural.

Embora este estudo seja de natureza bibliográfica, ele destaca a importância de investigações empíricas futuras que possam explorar como os princípios da ES se materializam em diferentes contextos. Tais pesquisas po-

dem aprofundar a compreensão das práticas da ES, investigando as relações de trabalho, os modelos de gestão e a articulação com o poder público.

Este estudo lança luz sobre as barreiras enfrentadas pela economia solidária na promoção de uma distribuição mais equitativa de bens culturais e direitos linguísticos. Ao mesmo tempo, destaca as potencialidades da ES como um movimento capaz de transformar as estruturas sociais e econômicas, promovendo a justiça social e a inclusão cultural. A investigação das dinâmicas de poder e das estratégias discursivas oferece um caminho para fortalecer a resistência cultural e a autonomia das comunidades, contribuindo para um futuro mais sustentável e equitativo.

## Referências

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CORAGGIO, José Luis. *Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HARPER, Douglas. *Anthropos*. *Online Etymology Dictionary*. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/anthropos>. Acesso em: 13 jul. 2024.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Transdisciplinaridade e decolonialidade*. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016.

MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham: Duke University Press, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Economia Solidária e Inclusão Social*. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 08 jul. 2024. Outras

fontes relevantes incluem publicações da UNRISD e da International Co-operative Alliance (ICA).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2009.